



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - BHU**

A ETNICIDADE PANKARARU ATRAVÉS DO COMPLEXO RITUAL DO TORÉ

FRANCISCO LUCAS SILVA DE CASTRO

**ACARAPE - CE
2019**

FRANCISCO LUCAS SILVA DE CASTRO

A ETNICIDADE PANKARARU ATRAVÉS DO COMPLEXO RITUAL DO TORÉ

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para aprovação no curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Professora Dra. Caroline Farias Leal Mendonça.

Aprovado em: ____ / ____ / 2019.

BANCA EXAMINADORA

Caroline Farias Leal Mendonça, Dra.
(Orientadora - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).

Rhuan Carlos dos Santos Lopes, Avaliador, Dr.
(Membro 1 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).

Ricardo Cesar Carvalho Nascimento, Avaliador, Dr.
(Membro 2 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).

ACARAPE - CE
2019

*Um grande guerreiro não morre,
E sim vira uma semente,
Que se torna uma grande árvore
E seus frutos serão outros grandes
guerreiros.*

Alex Pankararu

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Senhor Jesus por ter me fortalecido todos os dias nessa caminhada. Agradeço à minha família por todo apoio. Em especial, ao meu pai, Jaldeci, à minha mãe, Jeana e aos meus irmãos, Mariana e João Pedro.

Agradeço à minha orientadora, professora Caroline Leal pela paciência, compromisso e tranquilidade no desenvolvimento de nosso projeto.

Agradeço à UNILAB pela oportunidade de me graduar em um curso tão gratificante como o bacharelado em Humanidades. E pela oportunidade de conhecer um pouco mais da pluralidade étnica de nossos, ressaltando que a partir disso, escolhi o tema de meu projeto voltado para o povo indígena Pankararu.

Agradeço a todos os professores e professoras que me instruíram nesta trajetória. Em especial, aos professores Rhuan Lopes e Ricardo Nascimento por comporem a banca avaliadora deste projeto.

Agradeço à companheira Daniele e aos companheiros Danierbes e Laylson pelo acolhimento, parceria, amizade e respeito.

Agradeço a todos os amigos e amigas que não deixaram de me apoiar desde o momento que ingressei nesse curso. Em especial, aos meus grandes colegas Anilton, Danrlei, Domem, Gabriel e Silmara.

Agradeço a todos e todas que diretamente e indiretamente me apoiaram nesse árduo caminho. Em especial, ao professor Clealdo Pinto Junior e à professora Rosélia Magalhães.

Meu muito obrigado a todos!

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender a polissemia de significados que a performance cultural do Toré assume na formação étnica do povo Pankararu (PE). Através de uma pesquisa bibliográfica em artigos, dissertações e outras publicações periódicas buscamos descrever o campo ritual e a organização histórica e social Pankararu e identificar os elementos que compõe o Toré deste povo e seu destaque no campo ritual. Apoio-me teoricamente na etnologia indígena dos povos no Nordeste, tendo como principais referenciais teóricos: José Maurício Arruti, João Pacheco de Oliveira e Valmir dos Santos Batalha. O projeto propõe realizar uma pesquisa de campo, na Terra Indígena, a fim de analisar a importância do Toré na construção da identidade étnica Pankararu e compreender os usos e significados do Toré na luta por direitos. Com isso, essa investigação busca contribuir para uma expansão dos estudos etnográficos acerca do campo ritual dos povos indígenas do Brasil, mesclando saberes acadêmicos e os saberes ancestrais e coletivos do povo pesquisado.

Palavras-chave: Performance Cultural, Toré, Pankararu.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	7
1.1 Situando os Pankararu.....	13
2- OBJETIVOS	15
2.1 Objetivo Geral.....	15
2.2 Objetivos Específicos	15
3- JUSTIFICATIVA E REFERENCIAL TEÓRICO	16
4. METODOLOGIA DA PESQUISA	22
4.1 Locus da pesquisa e procedimentos de autorização	23
4.2 Etapas, técnicas e procedimentos	23
4.3 Análises dos Dados.....	26
5. CRONOGRAMA	27
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
7-ANEXOS	30

1- INTRODUÇÃO

Por muito tempo, desde a invasão europeia e da instalação do processo colonial no Brasil, os povos originários vêm sofrendo constantes ataques quanto ao seu modo de vida, cosmologias, religiosidades, além de outros interesses comerciais em relação ao território e à exploração da mão-de-obra indígena. De modo que, ao longo da formação do Estado-Nação brasileiro foram deixados à margem da sociedade que se constituía, em termos de acesso, garantia e exercício de direitos estatais.

As populações indígenas foram sendo incorporadas à sociedade colonial, e depois à republicana, através de diversos e dinâmicos processos, sejam pelas missões de aldeamento, pelas alianças entre as nações indígenas e destas com os colonizadores (GARCIA, 2008). Também, por meio das políticas indigenistas com destaque para o Diretório dos Índios, no século XIX, que incentivou vários processos de mistura dos indígenas com a população camponesa e negra circundante (COSTA, 2012; OLIVEIRA, 1998; SILVA, 2003).

Estes vários autores/as mencionados acima, analisam em seus trabalhos, como os indígenas, ao serem mencionados enquanto integrantes do Estado-nação, eram vistos como indivíduos subalternos e inferiores, incapazes de agregar valores altivos à narrativa nacional em formação, sendo postos ao serviço da elite dominante. Nesta mesma perspectiva, afirma Maria Regina Celestino de Almeida, na obra intitulada *Os índios na história do Brasil*, que:

Até um momento bastante avançado do século XX, os índios, grosso modo, vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios (ALMEIDA, 2010, p.13).

O processo de integração do indígena ao Estado nacional pode ser compreendido, em certa medida por duas vias: pela via do consentimento, neste caso levando em conta as poucas escolhas contrárias a isso das quais eles dispunham, submetidos ao jogo de interesses que propiciariam vantagens ou não –; e pela via da violência etnocida¹, através da qual esses povos foram reduzidos à condição de “mestiços”, caboclos², e posteriormente de

¹ Abordo o conceito de etnocídio a partir de Mónica Espinosa (2007): “o problema do genocídio está latente em sua representação mesma, e é dinamizado por algumas experiências históricas de alterização, hierarquização social e exclusão. O conceito de genocídio cultural (ou etnocídio) não se refere simplesmente a assassinatos em massa, mas sim, sobre todo o ato de eliminar a existência de um povo e silenciar sua interpretação de mundo (ESPINOSA [2007] citada por MENDONÇA, 2013. p. 116)

² Segundo Silva (2003) este termo surge como uma classificação para os ditos “remanescentes” de índios, nos documentos oficiais chamados de *caboclos* devido à baixa contrastividade cultural em relação aos índios considerados “autênticos” da região Norte. Aos chamados *caboclos* “foram dedicados estudos de seus hábitos e costumes considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas consideradas em vias de extinção”

“remanescentes”. Além, é claro, de terem sua diversidade étnica reduzida a uma única categoria: “índios”, sendo que esta última, só era invocada “apenas no momento do confronto, isto é, quando pegavam em armas e lutavam contra os inimigos” (ALMEIDA, 2010, p.13).

Todas as regiões habitadas pelos povos nativos foram atingidas, entretanto, o Nordeste e o litoral paulista, foram os mais afetados pelo contato e pela lógica governamental de um processo constante de integração no qual eles estariam envolvidos. Isto, porque, são os locais iniciais do contato dos colonizadores e de estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento colonial e, posteriormente, da implantação do projeto de Estado-Nação que viria se desenvolver. Embora que mais tarde o processo fosse se desenvolver rumo ao interior, no caso nordestino, principalmente através do rio São Francisco para a instalação das fazendas de gado. Diante disto, o indígena na região Nordeste foi sendo visto como em fase de assimilação completa tal como podemos perceber nas impressões do Eduardo Galvão (1979):

“A maior parte vive integrada no meio regional, registrando-se considerável mesclagem e perda dos elementos tradicionais, inclusive a língua” (GALVÃO [1979] citado por OLIVEIRA, 1998, p.48)

Contudo, é um grande equívoco analisar a diversidade étnica dos povos originários no contexto desenvolvimentista colonial como algo à beira de uma extinção intangível, já que a cultura não deve ser entendida como algo imutável ou como agente passivo de um processo histórico destrutivo. De modo que, devemos deixar a ótica evolucionista do colonizador e das ciências sociais de lado e perceber que apesar da violência colonial, os povos originários ressignificaram seu modo de vida tradicional e passaram a integrar e mesclar valores ocidentais como uma forma de sobrevivência e de resistência silenciosa.

Podemos elucidar a questão do contato, das transformações identitárias e culturais não como uma perda irreversível e integral, mas como analisa Manuela Carneiro da Cunha (1986, pp. 98-101):

(SILVA, 2003, pp 42-43). Este autor ainda explica que “Estudos sobre os caboclos também apareceram em publicações, crônicas de memorialistas, que exaltaram de forma idílica a contribuição indígena nas origens e formação social de municípios do interior” (SILVA, 2003, p. 43). Para o antropólogo José Maurício Arruti, “Nos documentos internos iniciais do órgão indigenista, ou nos textos dos primeiros folcloristas ou etnólogos sobre os grupos do Nordeste, fica clara uma indecisão no uso de categorias, levando à alternância e combinação dos usos principalmente de "caboclo", "descendentes indígenas", "remanescentes indígenas" e variantes, onde o "indígena" podia ser substituído por designações étnicas ou toponímicas” (ARRUTI, 1996, p.43).

A noção de cultura veio substituir-se à de raça, dentro de um movimento que se quis generoso, e que certamente o foi. E já que cultura era adquirida, inculcada e não biologicamente dada, também podia ser perdida. Inventou-se o conceito de aculturação e com ele foi possível pensar – para gáudio de alguns, como os engenheiros sociais, e para pesar de outros, como alguns antropólogos – na perda da diversidade cultural e em cadinhos de raças e culturas [...]. De modo que não devemos enxergar a cultura como algo imóvel, mas devemos compreender que [...] a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados.

Como podemos ver, a autora faz uma crítica a essa visão que insiste em negar a “autenticidade” do modo de vida diferenciado dos povos originários, tentando a todo custo integrá-los à população; de modo que abandonem e esqueçam sua visão de mundo e passem a absorver e reproduzir os ensinamentos e normas do Estado. Não obstante, o interesse maior por traz dessa perspectiva é o território desses povos, negar a sua existência é legitimar o esbulho das terras indígenas.

A respeito disso, Manuela Carneiro da Cunha (1986, p.104), afirma ainda que,

A ideia da legitimação supõe que, numa sociedade de classes, as ideias legitimadoras beneficiem interesses de classe. Isto pode dar conta de culturas de resistência que enfatizam diferenças culturais como forma de protesto. Pode dar conta, como vimos também do racismo: as desigualdades dadas no sistema são convertidas em diferenças dadas na natureza. Mas que fazer com o processo que, inversamente, a partir de diferenças dadas na cultura introduz desigualdades no sistema?

Nos estudos antropológicos acerca desse contexto histórico e político, que envolve a questão do reconhecimento dos indígenas, podemos ver outras dimensões das lutas desses povos para afirmar suas alteridades, entre elas o campo das práticas rituais. A partir da década de 1990 os estudos sobre *rituais* na etnologia indígena no Nordeste ganharam força e têm demonstrado a importância do ritual do Toré para as mobilizações étnicas, retomada da memória coletiva, organização política e lutas por direitos (GRUNEWALD, 2005; ARRUTI, 1996; OLIVEIRA, 1998; ARCANJO, 2003; MURA, 2010; ALBUQUERQUE, 2010; MENDONÇA, 2013).

O ritual do Toré se apresenta como elemento principal de visibilidade e legitimidade de uma indianidade afirmada pelos indígenas do Nordeste em seus processos de “emergência étnica”. Nesse sentido, entendemos por emergência étnica no contexto das etnogêneses indígenas, a definição dada por Miguel Alberto Bartolomé (2006, p.11),

Os processos de atualização identitária de grupos étnicos que enfrentaram profundas mudanças de transfiguração étnica, podendo ser considerados praticamente extintos e cuja emergência contemporânea constitui um novo dado.

De modo que, no caso dos Pankararu, a emergência étnica vem ser elaborada a partir de diversos aspectos, principalmente no contato com o campo do sagrado, como bem salienta João Pacheco de Oliveira (1998, p.15),

Quando as cadeias genealógicas foram perdidas na memória e não há mais vínculos palpáveis com os antigos aldeamentos, as novas aldeias têm de apelar aos “encantados” para afastar-se da condição de “mistura” em que foram colocadas. Só assim podem reconstruir para si mesmas a relação com os seus antepassados (o seu “tronco velho”), podendo vir a redescobrir-se enquanto “pontas de rama”.

A partir disso, ao pensar esses processos de emergências étnicas, o campo ritualístico surge como um dos principais pontos articuladores desses movimentos. No contexto dos povos indígenas do Nordeste, temos como principal referência ritual na afirmação da indianidade dos indivíduos a performance cultural do Toré. De maneira que, alguns autores consideram o Toré um tipo de *performance cultural* que atua como “um processo ordenador da vida indígena no Nordeste” (GRÜNEWALD, 2005, p.29).

Assim sendo, diversos pesquisadores voltaram sua atenção para o estudo desse e de outros rituais, na medida em que o campo social que cerca essas práticas culturais é abordado em uma perspectiva mais profunda e íntima acerca das performances culturais dos povos originários, voltada principalmente para os estudos desenvolvidos pelo campo da antropologia indígena do Nordeste.

Pensando nessa nova perspectiva que visa uma melhor compreensão das dinâmicas rituais desenvolvidas pelos indígenas ao longo do processo colonial até a sociedade brasileira contemporânea, e como isso contribuiu para a reorganização social dos diversos grupos étnicos, João Pacheco de Oliveira ressalta,

“Trata-se de ingressar em um momento novo, em que a atenção do antropólogo não se esgota na elaboração de etnografias voltadas para um mapeamento preliminar da organização política do território, centrada, sobretudo na definição de comunidades étnicas e de identidades que as representam. Começa agora a se desdobrar para questões específicas e temas de investigação particulares, elegidos a partir de informações propiciadas por uma literatura antropológica acumulada” (OLIVEIRA citado por GRÜNEWALD, 2005, p.10)

É importante esclarecer que o ritual do Toré tende a ser generalizado entre os povos desta região. Quando é analisado imagetivamente de modo superficial, seria um ritual realizado por diversos povos indígenas, em que a aldeia se reúne em forma circular e dança em uma espécie de marcha contínua entoando cantos próprios de cada povo, buscando contato com a terra e o sagrado. Contudo, as etnografias elucidam que esse ritual assume diversos significados de acordo com o povo, com o momento que se pratica, com os espaços onde se realiza e também os diversos motivos pelos quais se dança. De modo que, esse ritual em especial, pelos povos indígenas do Nordeste, pode ser

“Definido pelos indígenas como ‘tradição’, ‘união’ e ‘brincadeira’. Contudo, o Toré é entendido enquanto um fenômeno complexo, que vai compreendendo dimensões contrastantes e possuindo uma importância crucial em suas vidas. Em certos aspectos é nele que mais perfeitamente essas coletividades se materializam, transmitindo e reafirmando valores e conhecimentos”. (GRÜNEWALD, 2005, p.10)

Pretendemos abordar em nosso projeto a questão do ritual entre os povos indígenas no Nordeste. Estudar o ritual no âmbito dos processos de territorialização (OLIVEIRA, 1998) e das lutas contemporâneas. Os processos de territorialização desencadeados pelos grupos étnicos perpassam por diversos aspectos, que segundo João Pacheco de Oliveira (1998, p.09) podem ser entendidos como:

Um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Entre os povos indígenas submetidos aos processos de territorialização interessante os Pankararu do Brejo dos Padres, sertão pernambucano. De maneira que, o projeto situa os rituais como parte significativa do processo de reelaboração cultural pelo qual passou o povo indígena Pankararu em resposta às tentativas assimilacionistas impostas pelo governo colonial, de modo a elucidar o que afirma João Pacheco de Oliveira (1998):

Cada grupo étnico repensa a “mistura” e afirma-se como uma coletividade precisamente quando se apropria dela segundo os interesses e crenças prioritários.

Visando a partir disso, compreender como se deu esse processo e de que forma os integrantes desse povo traçaram meios de preservação da memória ancestral, dos processos de resistência e autoafirmação, além de analisar como esse povo resguardou, resgatou e recriou o seu campo ritualístico é que surge o nosso objeto de pesquisa: *Compreender o Toré Pankararu dentro do complexo ritual deste povo e de que forma esta performance está relacionada com os processos de organização social e luta por direitos.*

O desejo por pesquisar tal temática, surge por minha parte, ao cursar disciplinas voltadas para a questão indígena dentro da UNILAB. Cursei a disciplina de performances culturais com o professor Ricardo Nascimento e, durante uma exposição em sala que tratava de alegorias ritualísticas sob a óptica de Zeca Ligiéro, o professor Ricardo comentou e mostrou imagens relacionadas a um ritual indígena realizado por diversos povos brasileiros, principalmente do Nordeste, no caso, era o ritual do Toré.

Fiquei fascinado com aquilo e pesquisei um pouco mais sobre o assunto, já que embora eu em muito me interessasse por coisas relacionadas aos povos originários, não tinha visto nada parecido nos materiais que analisei. Busquei por essa temática e percebi que um dos torés mais referenciados era o do povo Pankararu. Pesquisei um pouco mais sobre a leitura desse povo em relação ao ritual e fiquei maravilhado com o que vi.

Percebi, então, que esse era o tema perfeito para eu trabalhar em meu projeto de conclusão de curso por abordar algo novo, mas dentro de uma temática pela qual sempre tive muita curiosidade desde a infância (pesquisava dentro das possibilidades da época, vários mitos indígenas, sobre as divindades, os costumes, etc.). De modo que, vi nesse tema uma possibilidade de enriquecimento e de conhecimento acerca dos povos originários. Estudá-los como forma de romper com a lógica estatal de olhar os povos indígenas como sínteses homogêneas, vista de maneira superficial a diversidade étnica de nosso país.

Apoiado pela estrutura curricular diferenciada ofertada pela UNILAB vi uma oportunidade única de tratar mais profundamente questões abordadas em sala, principalmente nas disciplinas voltadas para o campo social dos povos indígenas, de maneira que muito de meu interesse se deve, também, às aulas sobre a antropologia dos povos indígenas e estudos sobre os povos indígenas no Brasil que cursei com a professora que veio a ser minha orientadora nesta pesquisa, Caroline Leal.

Diante disso, decidimos pesquisar sobre o Toré Pankararu com a perspectiva de contribuir para um novo trabalho voltado para questão ritualística indígena, de modo a fortalecer e explorar um campo que, embora rico e diversificado, ainda possui poucas pesquisas direcionadas a ele.

1.1 Situando os Pankararu

A Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. Sua forma é a de um quadrado perfeito e corresponde à memória que os Pankararu mantêm da doação imperial de uma sesmaria à missão religiosa que aldeou seus antepassados durante os séculos XVIII e XIX. Hoje, os Pankararu são em 8.184 integrantes e habitam em aldeias de Pernambuco, mas há também uma aldeia deste povo na periferia de São Paulo.

Desde o início da década de 1920, os Pankararu, por meio de suas relações com os Fulni-ô, haviam estabelecido contatos com o Padre Alfredo Dâmaso – que passaria a apoiá-los em reivindicações fundiárias desde os primeiros contatos, recomendando-os a autoridades militares de Paulo Afonso (BA), que, nessa época, era a principal cidade das redondezas, onde os Pankararu frequentavam a feira semanal.

Nessa época, já existia um circuito de trocas entre comunidades hoje reconhecidas como indígenas que poderíamos descrever segundo dois modelos, as viagens rituais e de fuga, que parecem ser desdobramentos de um padrão de mobilidade ainda anterior. As viagens rituais consistiam no trânsito temporário de pessoas e famílias entre as comunidades, marcado por eventos religiosos, que podem corresponder ou não a um calendário anual. As viagens de fuga eram migrações de grupos familiares em função das perseguições, dos faccionalismos, das secas ou da escassez de terras de trabalho (ARRUTI, 1996).

Dessa forma, as viagens ligavam grupos, de origens diferentes ou não, por laços de afinidade e parentesco na produção de uma comunidade ritual mais abrangente e em expansão, levando à constituição de circuitos abertos de trocas de homens, informação e cultura. Tais circuitos entre os índios do Nordeste também formaram uma comunidade de problemas (o gado sobre as roças surge em todos os relatos e a expropriação das terras de antigos aldeamentos em quase todos) e memórias comuns. De maneira que, no processo de emergência étnica, a performance ritual do Toré teve grande importância. Seja na aproximação dos diversos grupos étnicos, seja como principal elemento utilizado na hora de “levantar aldeia” (ARRUTI, 1996, p. 65).

Assim, a instituição do Toré como expressão obrigatória da indianidade cria um nexo de outra natureza entre os dois circuitos de viagens citadas anteriormente. De agora em diante um circuito levará ao outro, não eventual ou acidentalmente, mas necessariamente, já que a troca ritual é transformada em pressuposto da conquista de direitos. É também a conexão entre esses circuitos que permitirá às lideranças peregrinas assumirem um papel político

ainda mais largo do que aquele que já desempenhavam como representantes de sua comunidade, conforme explica o antropólogo José M. Arruti (1996).

De maneira que, esse papel central do Toré é em muito reforçado pelo inspetor regional do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) nas décadas de 1940 e 1950, Raimundo Dantas Carneiro, que frente ao avanço indígena e acompanhando a sugestão presente nos textos de Carlos Estevão de Oliveira, institui a performance do Toré como critério básico do reconhecimento da remanescência indígena, tornado então, expressão obrigatória da indianidade no Nordeste.

Assim como o Toré é o centro do complexo ritual Pankararu, os Encantados são as figuras centrais de sua cosmologia. “Semente” é a forma material pela qual os Encantados se manifestam pela primeira vez aos Pankararu. Os Encantados são “índios vivos que se encantaram”, voluntária ou involuntariamente e, por isso, o culto a eles, como insistem os Pankararu, não pode ser confundido com o culto aos mortos. A forma desse “encantamento” só pode ser parcialmente narrada, seja porque constitui um mistério para os próprios Pankararu, ou um segredo que não pode ser revelado a estranhos.

Quanto à organização social praticada pelo grupo étnico, Os Pankararu se distribuem basicamente segundo duas classificações, os troncos e as aldeias, ambas relacionadas à organização das famílias, histórica no caso da primeira e espacial no caso da segunda. A classificação dos grupos de famílias em status diferentes, através da sua ligação a “troncos” familiares que se dividem entre os “antigos” e os “recentes”, não corresponde a qualquer produção de segmentações, classes ou linhagens, já que ela opera uma dicotomia básica entre aqueles que descendem de índios “puros” e aqueles que descendem de índios “misturados” ou “braiados”, em referência a uma forma de organização que é mais histórica do que estrutural.

Ao formarem uma unidade mais ou menos definida, tais agrupamentos desenham círculos em que o espaço interno, para onde normalmente estão voltados, pode assumir o lugar de convergência das atividades de lazer e ritual daquele agrupamento familiar. Como algumas vezes esses patriarcas são também “pais de Praiá”, esses espaços internos servem como terreiros onde se realizam os Torés. Neste caso, então, ultrapassam as funções de lazer familiares, tornando-se referência religiosa para um círculo de vizinhos de extensão variável. E tem nas lideranças peregrinas de cada aldeia, seus representantes junto à organização social do povo e também, no trato das questões com o Estado.

2- OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender o Toré Pankararu dentro do complexo ritual deste povo e de que forma esta performance está relacionada com os processos de organização social e luta por direitos.

2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o campo ritual e a organização histórica e social Pankararu;
- Identificar os elementos que compõe o Toré Pankararu e seu destaque no campo ritual;
- Analisar a importância do Toré na construção da identidade étnica Pankararu;
- Compreender os usos e significados do Toré na luta por direitos.

3- JUSTIFICATIVA E REFERENCIAL TEÓRICO

A produção acadêmica sobre o campo ritual dos povos indígenas no Nordeste vem ganhando força desde a década de 1990 por parte de antropólogos, etnógrafos e etnomusicólogos que debruçaram suas pesquisas para essa temática. Entretanto, é importante salientar ainda o pequeno número de trabalhos voltados para uma compreensão acerca dos campos ritualísticos dos povos originários (GRUNEWALD, 2005). Revela a necessidade de ampliação de trabalhos científicos que buscam interpretar de uma maneira mais aprofundada o tema em questão.

Pesquisar o Toré trata-se, sobretudo, a meu ver, de um campo de estudo instigante pela complexidade e diversidade envolta como salienta Grünewald (2005, pp. 26-27):

Sabe-se que o Toré é circuncidado por segredos em torno de uma alegada ‘ciência do índio’, de exclusividade indígena – embora muitos conteúdos místicos e esotéricos possam ser repartidos com pessoas de fora do grupo étnico em certas medidas [...] carecendo a etnologia nordestina talvez de depoimentos, ou mais, de etnografias mais aproximadas da fenomenologia ou de maior duração de campo entre os grupos indígenas.

Pensando nisso, voltamos nossa pesquisa para o estudo do campo ritual performático do povo indígena Pankararu, com foco no complexo ritual do Toré realizado por esse grupo étnico. Visando a partir de nosso objeto de pesquisa, aprofundar os trabalhos para além de uma pesquisa antropológica que estude o campo imagético ou musical do Toré Pankararu, almejando agregar em contextualização, a polissemia de significados que esse complexo ritual assume na vida dos integrantes dessa identidade étnica, buscando romper com a perspectiva unitária e homogênea que é remetida aos rituais indígenas no imaginário social mais amplo.

De modo que, ao pesquisar sobre Torés indígenas devemos compreender a diversidade de formas e representações que os povos indígenas atribuem em sua realização, pensando na heterogeneidade que o cerca. Em acordo ao que afirma Grünewald (2005, p.18),

não acredito ser possível atribuir sentido universal ao fenômeno com base nas etnografias existentes. Destaca-se aqui justamente o inverso: que os sentidos do Toré são múltiplos e constituídos a partir de muitos posicionamentos narrativos.

Assim, construímos nossa investigação buscando entender como se deu o processo de construção da identidade étnica do povo Pankararu através do seu campo performático

cultural, sendo nosso cerne de pesquisa o ritual do Toré. Mostrar como essa performance assume o lugar central de processo ordenativo que norteia a vida dos integrantes, seja na retomada do território, na vida cotidiana, nos períodos festivos, nos momentos de conexão com o sagrado, na ação política de protesto e reivindicação e na expressão cultural de sua “indianidade”. Isto porque, ao que afirma Sandroni (2005):

“Falar de Toré é falar de dança e música, festa e poesia, cura, santos católicos e encantados. É sem dúvida, também, falar de afirmação política e étnica” (SANDRONI citado por GRÜNEWALD, 2005, p.294).

Na pesquisa bibliográfica desenvolvida até aqui, buscamos entender de que forma o ritual do Toré contribuiu para o “resgate cultural” (Grünewald, 2001; 2002c) dos indígenas do Nordeste, enquanto fenômeno constante que recebe diferentes atribuições por cada povo que o realiza. Procuramos focar no processo de “emergência” étnica do povo Pankararu, observando que “na medida em que o Toré não é um fenômeno estanque, ele deve ser apreendido primariamente como um processo ordenador da vida indígena no Nordeste” (GRÜNEWALD, 2005, p.29).

Para os estudiosos do povo Pankararu (ARRUTI, 1996; MURA, 2010; ATHYAS, 2016), ritual e política não são campos dissociados, aliás, é “[n]a associação entre ‘função política’ e ‘valores místicos’, onde percebem os rituais dando sentido para a vida pública e, por isso, fazendo-a funcionar (...)” (ARRUTI, 1996, p. 92). Assim, pretendemos ainda, analisar os rituais Pankararu como: o ritual do Toré (enquanto público e privado), o papel dos Praiá, o ritual de iniciação do menino do rancho, a festa do umbu, a constituição das rodas e toantes e a relação do sagrado com a formação da identidade étnica Pankararu. Quanto aos rituais, cabe explicar um pouco mais sobre a pluralidade de sua prática e significados. Vejamos um pouco mais sobre os rituais abordados:

As corridas do imbu ou umbu: a mais importante manifestação religiosa Pankararu são as “Corridas do Umbu”. É onde o ano se inicia, depois das trovoadas de janeiro, já iniciando as plantações após as primeiras chuvas, com o aparecimento do imbu, como eles dizem, os detentores de saber vão escolher o dia para o “flechamento” do primeiro umbu que aparece. No final de semana logo após o dia esse flechamento iniciam-se as corridas, que são movimentadas em dois principais terreiros: o do Brejo dos Padres e o da Serrinha.

E durante quatro finais de semana os Pankararu se juntam nesses terreiros dançar os torés, se queimarem com as urtigas de cansação e, sobretudo para buscarem a força encantada para o ano. Essa festa se inicia na madrugada do sábado, tanto na Serrinha quanto

no Brejo, com a lembrança de todas as possibilidades de vida e a lembrança nas danças de humanos e animais num conjunto coreográfico imponente aonde os praiás através de um ritmo especial vão relatando as forças e as belezas dos animais em um ritmo onde contamina e produz uma enorme alegria da relação entre humanos e não humanos nesse mundo presente.

Essa festa termina no quarto final de semana com a saída do “Mestre Guia” chefe de todos os encantados. A saída do Mestre Guia, no terreiro apropriado, na Serrinha, é vista por todos com muita consternação e que se identificam com parte da identidade Pankararu. Este é recebido com muita alegria em uma cerimônia onde o silêncio é parte fundamental para o recebimento dessa força (ATHYAS, 2016).

Menino do rancho: o ritual do “Menino-no-Rancho” é uma manifestação onde todos os Pankararu são chamados a participar. Envolve um considerável trabalho de logística e de organização tem um caráter de iniciação e representa a proclamação pública de uma clara intervenção de um “encantado” em menino. Os pais do menino precisam organizar esse ritual que dure pelo menos uma noite e um dia completo. Eles precisam buscar uma quantidade muito grande comida oferecer a todos os convidados que às vezes ultrapassa a 500 pessoas.

Os pais convidam uma noiva e duas madrinhas para o menino, bem como vão arregimentar maior número de padrinhos possível. A noiva vai dançar com o menino acompanhado pelas as duas madrinhas. Os padrinhos vão ter um papel importante num momento de luta com os pais para garantir que o menino possa ficar nesse mundo. Uma luta entre os céus e a terra onde menino será guardado pelos padrinhos. Essa luta pode durar uma tarde inteira. “Ao terminar essa luta o menino será enfim guardado por um dos praiás que o passará a proteger por toda a vida” (ATHYAS, 2016).

Os ‘praiá’: especialmente na comunidade Pankararu, a máscara dos Encantados é chamada de Praiá. Todos os elementos da performance, mesmo que de forma inconsciente, são significativos. Usar a palha como matéria-prima para a confecção dessas máscaras mostra-se fundamental para a cultura desse povo por sua existência em abundância no território indígena, sendo encontrada em artesanatos, roupas e esteiras. Dessa forma, o momento em que a máscara é invocada constitui um grande símbolo. O principal ritual em que há a evocação dos ‘Encantados’ por meio da performance dos Praiá é chamada “Corrida do Umbu” (RICHARD, 2018).

No início dos trabalhos ritualísticos o cantador no Terreiro invoca os protetores com os Praiás. Não é permitida a passagem de pedestres pelo Terreiro para não atrapalhar o

desenvolvimento do ritual. Também não se permite que alguém vire as costas para o Terreiro: o fato é visto como um grande desrespeito para com as forças Encantadas.

Além disso, o gesto de ficar de costas para o Terreiro significa atrair forças negativas durante o cerimonial que se estende horas a fio e sem interrupção. Também não é possível participar do ritual, mulher que esteja no período menstrual. O Terreiro é um local sagrado, no qual os Encantados vêm ao encontro dos índios para realizar os rituais do Toré e da paga de promessas. Não pode ser realizada nenhuma outra atividade no terreiro, apenas a Corrida do Imbu e outros ritos.

O terreiro não é usado para a realização de curas, ficando esse evento restrito à Mesa de cura, que acontece em casas de orações ou em ambiente familiar. Após a execução do toante inicial, os praiás fazem uma espécie de reconhecimento da área invocando os protetores com voz e com o som da gaita e isto é a abertura do Terreiro:

“O moço de croá, quando usa suas vestes, não pode ser reconhecido pelos índios no período em que está vestindo o roupante do Encantado. Se por qualquer motivo alguém reconhecê-lo, não deve chamá-lo pelo nome e sim pela cinta do roupante do praiá, por que o moço representa o Encantado. O moço cede o seu corpo completo para que o Encantado, o qual ele representa, se manifeste e o Encantado não pode se desfazer do seu encanto” (BATALHA, 2017, pp.78-79)

Toré: os Pankararu dançam o Toré para celebrar realizações, conquistas, fatos relacionados à vida e ao cotidiano da aldeia. O Toré é também dançado para pedir proteção contra doenças, violência, como forma de agradecimento ou de pedidos. O ritual do Toré é o símbolo de resistência dos índios do Nordeste.

Após a abertura do Terreiro, ao som da gaita e do maracá, homens, crianças e mulheres em pares formam um grande círculo que gira em torno do centro e com o passar do tempo gira em torno de si mesmo, pisando forte no chão e fazendo levantar uma cortina de poeira. Nos versos, nem sempre é possível compreender o que está sendo cantado e às vezes o cantador solta os versos e o povo repete. No fechamento do ritual são dançados três torés: um para a entrega do menino, outro para a noiva, outro para a madrinha: cada entrega é uma rodada,

O Toré tem na sua essência a comunicação com os Encantados que estão nos palácios encantados. É um ritual sagrado, no qual através das vozes e do som do maracá a comunicação acontece. A ação faz com que a consciência cósmica e política estejam presentes na vida social da aldeia’ (BATALHA, 2017, p.69).

Há registros dos Toré Pankararu desde início do século XX, entre estes citamos a descrição:

“Unidos uns aos outros, mas de mãos soltas e fixos no lugar, formam rodas, curvados para frente e movendo apenas a perna e o pé direito; cada qual com a mão direita na cintura e o braço e a mão esquerda pendentes, suspendem um tanto o corpo e assim cantam e dançam. Como eram numerosos, formavam três rodas no meio das quais se mantinham três ou quatro caraíbas ricamente adornados de plumas, cocares, maracás e braceletes de diversas cores, cada qual com um maracá em cada mão” (LERY, 1961 citado por BATALHA, 2017, p.69).

Situada esta descrição dos rituais, cabe ainda destacar que para José Maurício Arruti, ao explicar a organização dos terreiros Pankararu, existe toda uma lógica que está em constante comunhão com o campo do sagrado, revelando com isso, uma ligação entre a ancestralidade e a cosmovisão do povo atrelada aos costumes que visam repassar de geração a geração por todas as aldeias preservando a memorialidade coletiva do grupo. De modo que o autor destaca que,

Os elementos constituintes do sistema ritual do Toré Pankararu estão divididos entre: A) personagens: os Encantados, os Praiá, os pais de Praiá e os dançadores; B) situações rituais: o particular e o Toré público, que podem assumir o caráter de simples demonstrações teatrais, como expressão folclórica, ou serem dedicados ao culto dos Encantados, ligadas ou não ao pagamento de promessas; e C) locais: as cachoeiras, serrotes, casas e terreiros. (ARRUTI, 1995, p.95)

Além disso, buscamos também compreender a dimensão e poder de união das chamadas “trocas rituais” (ARRUTI, 1996, p.53), realizadas através dos circuitos rituais das lideranças Pankararu com as demais lideranças indígenas e pajés na região de todo o sertão do rio São Francisco. Visavam o fortalecimento do campo ritual entre os indígenas que viviam como camponeses, na busca do reconhecimento de sua identidade étnica diferenciada; no fortalecimento das relações entre os povos, na integração e aprendizado de novos conhecimentos importantes para a construção identitárias e resgate de valores tidos como primordiais para a manutenção da existência dos grupos étnicos diferenciados. As trocas rituais foram importantes também na questão do reavivamento da memória ancestral que ordena a conduta coletiva dos grupos, pois assume papel fundamental na luta pelo território, além de perceber como o campo ritual surge como agente ativo na luta por direitos.

De modo que, tentaremos permear essas discussões sempre tentando compreender como o complexo ritual do Toré Pankararu está inserido de forma constante assumindo papéis e

significações diversas de acordo com a necessidade do grupo em questão, de maneira a elucidar a fala de João Pacheco de Oliveira (1998, p.60):

O ritual do toré, por exemplo, permite exibir a todos os atores presentes nessa situação interétnica (regionais, indigenistas e os próprios índios) os sinais diacríticos de uma indianidade peculiar aos índios do Nordeste. Transmitido de um grupo para outro por intermédio das visitas dos pajés e de outros coadjuvantes, o toré difundiu-se por todas as áreas e se tornou uma instituição unificadora e comum. Trata-se de um ritual político, protagonizado sempre que é necessário demarcar as fronteiras entre “índios” e brancos.

Para o desenvolvimento do nosso projeto de pesquisa, nos debruçamos em pesquisas bibliográficas e audiovisuais, que conta com a referência de autores e autoras citadas ao longo deste texto, como Rodrigo de Azeredo Grünwald (2005), João Pacheco de Oliveira (1998), José Maurício Paiva Andion Arruti(1996), Claudia Mura(2010), Maria Regina Celestino de Almeida(2010), Eliza Frühauf Garcia(2007), Valmir dos Santos Batalha(2017), entre outros. Estes autores serão retomados para o aprofundamento teórico das nossas principais categorias de análise: Toré, Povos Indígenas no Nordeste, Processos de Territorialização, Pankararu (História e Etnologia), Luta pela Terra (na contemporaneidade).

Assim, pensando na multisssemântica envolta ao Toré e como essa performance é um importante instrumento na luta por recursos diante das adversidades colocadas pela sociedade nacional, ou pelas vizinhanças pública e privada, nortearmos nossa pesquisa a partir das seguintes problemáticas:

-De que forma as performances rituais influenciaram e influenciam na construção da identidade étnica do povo Pankararu?

- A performance do Toré seria a maior expressão da indianidade Pankararu? - O ritual do Toré seria o principal articulador dos campos inter-relacionais de disputas sociais do povo Pankararu?

Com isso, partimos para essa investigação movida pela vontade de conhecer, compreender e ampliar o conhecimento que se tem sobre os complexos rituais indígenas, em especial, o do povo Pankararu.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

O projeto ora apresentado insere-se no campo das Humanidades e, portanto, a pesquisa a ser realizada pode ser classificada como do tipo exploratória. Segundo explica Gil (2002),

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002, p.41).

Quanto à metodologia, nosso projeto faz a opção pelo método qualitativo. Esta opção se justifica porque o método escolhido utiliza uma variedade de técnicas de coleta de dados, buscando com isso compreender o campo de subjetividades que compõem o fenômeno estudado, entendendo o significado dos símbolos para o(s) indivíduo(s) e como os sujeitos/interlocutores da pesquisa interferem na sua posição dentro da sociedade na qual estão inseridos.

A pesquisa qualitativa, por seu caráter mais profundo na compreensão dos fenômenos sociais e seus significados, torna acessíveis aos interlocutores caminhos que lhes permitam expressarem a si próprios de maneira a elucidar as questões propostas, possibilitando com isso, que o pesquisador não seja o agente principal da coleta de dados, fazendo da pesquisa um processo dialógico. A este respeito, apoiamo-nos no que afirma Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis (2009, p.25):

Nessa perspectiva de pesquisa, o envolvimento do estudioso com o campo de investigação não impede o processo de observação, ao contrário, cria condições concretas para que se possa captar os significados dos fenômenos estudados. Assim como o pesquisador é um elemento importante no processo de pesquisa, também o campo se destaca como determinante do conhecimento a ser produzido.

Enquanto técnicas e procedimentos do método qualitativo temos como exemplos: estudos de casos, experiência pessoal, introspecção, história de vida, entrevista, artefatos, textos e produções culturais, textos observacionais/registros de campo, entre outros (GUERRA, 2014). A partir destas considerações iniciais acerca do método escolhido, a seguir iremos apresentar o campo de estudo, as etapas da pesquisa e as técnicas e procedimentos que serão utilizados.

4.1 Locus da pesquisa e procedimentos de autorização

A pesquisa será realizada na aldeia de Brejo dos padres em Tacaratu, sertão de Itaparica, estado de Pernambuco. A coleta de dados será executada de forma interativa com o povo permitindo a construção de conteúdo em conjunto com os entrevistados no decorrer da pesquisa. O modo de fazer a pesquisa contempla ainda, a possibilidade de, no decorrer da coleta, alterar o calendário e os conteúdos pensados previamente, a partir do diálogo com as lideranças, visando sempre respeitar as decisões tomadas por elas, mas respeitando também os prazos da universidade.

O primeiro passo será apresentar o projeto às lideranças e pedir a autorização para a pesquisa. Em seguida fazer o planejamento das idas a campo com os indígenas, respeitando o tempo e orientação dos mesmos e negociando meus interesses de pesquisa também, embora que tenhamos ciência de que alguns rituais podem não ser analisados, já que representam momentos íntimos das relações sociais do povo. Portanto, buscaremos ao máximo responder nossas indagações dentro da margem posta pelo grupo étnico.

4.2 Etapas, técnicas e procedimentos

Como dito acima, a primeira etapa será a apresentação do projeto às lideranças Pankararu para busca de anuência deste povo. Após a autorização dos indígenas, as etapas seguintes serão: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, análise dos dados e escrita da monografia.

Na pesquisa bibliográfica será dada continuidade a pesquisa iniciada para a formulação do presente projeto. Iremos ampliar e aprofundar a identificação e estudo de obras teóricas em livros, artigos e teses relacionados com o assunto. Tem como objetivo de auxiliar no levantamento de dados etnográficos e históricos sobre os Pankararu e subsidiar na reflexão e compreensão sobre identidade, cultura, territorialidade e visões peculiares que os indígenas retratam acerca do seu mundo ritual.

Esse tipo de investigação traz um panorama geral do objeto investigado uma vez que o pesquisador se encontra impossibilitado de buscar todas as diversas informações diretamente na pesquisa de campo. Como bem aponta Gil (2002, p. 45),

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se

particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

De modo que, para atingirmos o objetivo central de nosso projeto, que pretende compreender o Toré Pankararu dentro do complexo ritual desse povo e de que forma esta performance está relacionada com os processos de organização social e luta por direitos, realizaremos posteriormente um estudo de campo, pois no estudo de campo,

Estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes. (...) de modo que, no estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. (GIL, 2002, p, 53).

O campo a ser pesquisado será a aldeia de brejo dos padres, podendo incluir outras localidades a depender da interação em campo, que corresponde ao marco inicial do território Pankararu no período dos aldeamentos no qual foram submetidos (ARRUTI, 1996).

A coleta de dados em campo terá como princípio metodológico o respeito à autonomia do grupo étnico em decidir quais performances culturais podem ser estudadas e quais lugares sagrados podem ser visitados pelo pesquisador, até porque é do nosso conhecimento prévio que nem todos os rituais podem ser registrados ou contar com a presença de não-índios. Diante disto, será buscado sempre o diálogo com as lideranças para que possamos agir dentro dos limites impostos, sem prejuízo ou ferimento moral algum para os indígenas e para a pesquisa.

Pretendemos a partir de diálogos com lideranças políticas do povo, compreender como o campo ritual interfere na formação histórica e identitárias dos Pankararu, de modo que a história de vida e os relatos de suas experiências com o campo das performances culturais possam auxiliar-nos na compreensão das indagações propostas em nosso projeto e dos objetivos específicos.

Realizaremos observações etnográficas e entrevistas com integrantes do grupo buscando compreender a relação da população com o complexo ritual do Toré nos diversos campos de disputa e de expressão de sua indianidade.

Sobre a observação, será uma técnica importante para apreender o cotidiano da aldeia, como os Pankararu vivem, se organizam, realizam o seu cotidiano no território e como e a

partir de quais acontecimentos os rituais acontecem. Tentarei me aproximar e identificar através da convivência quais os simbolismos envolvidos em cada ritual, o que eles representam para a aldeia. De modo que, a técnica da observação é de grande valia para alcançarmos nossos objetivos, pois,

Cria oportunidades para coletar uma variedade de dados e observar uma variedade de fenômenos [...]. Permite evidenciar dados da vida cotidiana do fenômeno ou fato pesquisado, que não são obtidos por outras técnicas, como a entrevista, por exemplo. (GUERRA, 2014, p.33).

Assim, a partir da observação poderemos descrever o campo ritual e a organização histórica e social Pankararu e identificar os elementos que compõe o Toré Pankararu e seu destaque no campo ritual, visando com isso, contemplar dois de nossos objetivos específicos propostos.

Outra técnica utilizada será a entrevista, do tipo semiestruturada, para possibilitar o diálogo com as lideranças Pankararu. As pessoas a serem entrevistadas serão aquelas do campo político e ritual e a escolha se dará em diálogo com o povo, acolhendo suas indicações e orientações sobre quem tem autoridade para contribuir com a pesquisa. Contudo, a princípio, levaremos ao campo como proposta entrevistarmos dois homens e duas mulheres a fim de contemplar os saberes levando em consideração a questão de gênero.

Buscaremos entender como o campo ritual molda a vida dos integrantes e a partir de seus relatos traçar um panorama de como a comunhão de todos os integrantes na realização dos rituais faz com que a memória e saberes coletivos sejam repassados e revigorados de geração a geração. Assim, a partir de entrevistas semiestruturadas pretendemos analisar a importância do Toré na construção da identidade étnica Pankararu e compreender os usos e significados do Toré na luta por direitos. As entrevistas são de grande importância para o encaminhamento de nosso projeto, pois através delas temos

“Uma oportunidade de conversa face a face, utilizada para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes, ou seja, ela fornece dados básicos para uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos atores sociais e contextos sociais específicos”. (MINAYO, 2008; CERVO; BERVIAN, 2007 *citado por* GUERRA, 2014, p.22)

Ao ouvirmos as lideranças poderemos nos aproximar-nos das experiências práticas de como o povo Pankararu, através da sua organização social, traça as suas ações de resistência contra a violência estatal na luta por direitos. Além disso, como os saberes performáticos são

repassados nos diversos rituais realizados e que relações estabelecem com o território e a territorialidade. Enfim, a entrevista me possibilitará coletar informações importantes, partindo da perspectiva de que as lideranças a serem entrevistadas possuem amplo conhecimento dos rituais realizados por seu povo, ocupam posições diferenciadas e responsabilidades específicas nos rituais.

4.3 Análises dos Dados

A etapa seguinte, ao retornar do campo, é a interpretação dos dados e vamos utilizar a *análise de conteúdo*. Esta é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento de coleta dos mesmos (GUERRA, 2014).

A intenção é identificar as categorias nativas e antropológicas e analisá-las em relação às percepções de mundo deste povo acerca do campo performático do Toré. Como o Toré conduz e agrega todos os integrantes do grupo étnico em busca de objetivos comuns para expressar-se enquanto indígena.

Assim, buscaremos compreender os simbolismos trazidos por eles quanto à relação com o complexo ritual do Toré, qual os sentidos dos objetos utilizados nos rituais, como as vestimentas, os instrumentos musicais, as toantes, a maneira de que se agrupam etc. Evidenciar a importância do Toré na construção étnica Pankararu e como esse ritual assume diferentes significados a partir dos momentos em que é realizado.

Espera-se que por meio da análise de conteúdo e das notas de observação do caderno de campo, a pesquisa possibilite conhecer como o campo ritualístico - com suas performances - se mostra como uma peça-chave no processo de emergência étnica do povo na contemporaneidade. E, como contribui para o fortalecimento da memória coletiva que faz os Pankararu continuar sendo um povo indígena.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. **O regime imagético Pankararu: tradução intercultural na cidade de São Paulo.** 2011. 428 p. Tese (Doutorado em antropologia social) - UFSC, Florianópolis, 2011.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os índios aldeados: histórias e identidades em construção.** Ed. Tempo, Rio de Janeiro, UFF, n. 12, p. 51-71, 12 dez. 2001.

ARCANJO, Joselito. A. **Toré e identidade étnica: os Pipipã de Kambixuru (índios da Serra Negra).** 2003. 428 p. Dissertação (mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, 2003.

ARRUTI, José Maurício Paiva andion. **O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu.** 1996. 219 fls. Dissertação (Mestrado antropologia social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **Povos indígenas no Brasil: Pankararu.** INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL, São Paulo, 20 ago. 2019. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>. Acesso em: 22 ago. 2019.

ATHIAS, Renato. **As Forças Encantadas, Dança e Ritual entre os Pankararu.** Medium, UFPE, 2016. Disponível em: <https://medium.com/@rathias/for%C3%A7aencantada-dan%C3%A7a-festa-e-ritual-entre-os-pankararu-b621f03f1ac9>. Acessado em: 01 de agosto de 2019.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político.** Maná, Rio de Janeiro, ano 2006, vol.12, nº 01, p. 01-26, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132006000100002. Acesso em: 22 ago. 2019.

BATALHA, Valmir dos Santos. **Os rituais Pankararu: memória e resistência.** PUCSP, São Paulo, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível: 97-108, in __ Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade.** Brasiliense/EDUSP. São Paulo, [1979] 1986.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Teoria, método e criatividade.** 21. ed. Vozes. Petrópolis, 2002. 41 p.

GARCIA, Eliza Frühauf. **Quando os índios escolhem seus aliados: as relações de amizade entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa.** Varia história, Belo Horizonte, ano 2008, v. 24, n. 40, p. 613-632, jul./dez. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. Atlas. São Paulo, 2002.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisas qualitativas**. Anima Educação, Belo Horizonte, 2014.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. As múltiplas incertezas do Toré. *In*: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (org.). **Toré: regime encantado do índio no Nordeste**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 2005. cap. 01, p. 13-39.

MENDONÇA, Caroline Farias Leal. **Insurgência Política e Desobediência Epistêmica: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá**. 2013. 274 p. Tese (Doutorado) - UFPE, Recife, 2013.

MURA, Claudia. **Circuitos rituais e fluxos interétnicos no Nordeste**. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Ed. Mana, Campo Grande, p. 01-31. v. 4, n. 77, 1998.

RICHARD, Caio. **Festas e rituais. A performance dos rituais de iniciação na aldeia Pankararu**. 4parede, UFPE, 2018. Disponível em: <http://4parede.com/06-festas-erituais-a-performance-dos-rituais-de-iniciacao-na-aldeia-pankararu/>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

SILVA, Edson. **Povos indígenas no Nordeste: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica**. Mneme, revista de humanidades, p. 01-08. v. 4, n. 7, Rio Grande do Norte, 6 fev. 2003.

7-ANEXOS

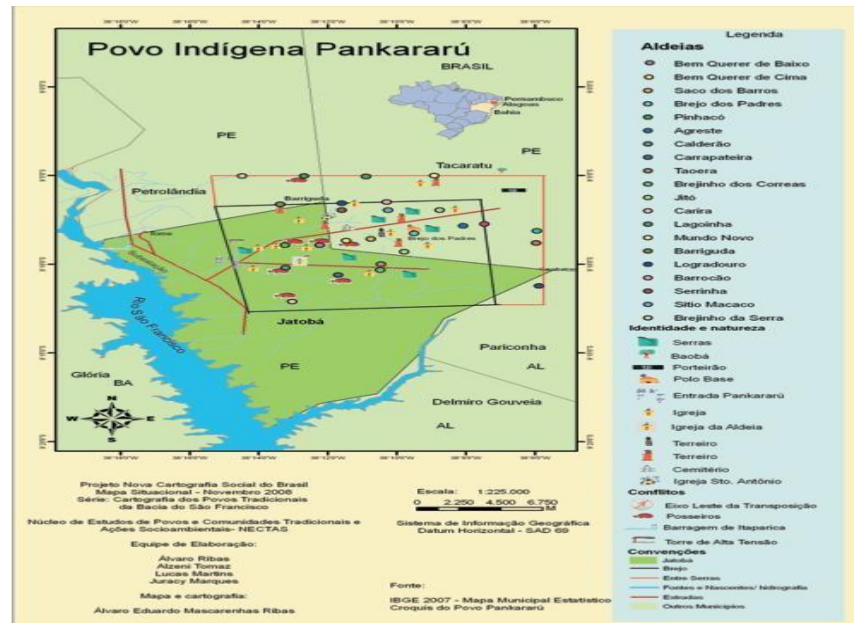


Imagem 01: Território Pankararú. Fonte: <http://retratopankararu.blogspot.com/p/blog-page.html>



Imagem 02: Orítual dos 'praiá' Pankararú. Fonte: <https://amazoniareal.com.br/procuradora-diz-que-mpffara-o-possivel-para-garantir-territorio-aos-pankararu/>



Imagem 03: Celebração Pankararu em 1937, foto de Carlos Estevão. Fonte: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2018/07/16/contra-invisibilidade-da-populacao-indigena-educadorleno-vidal-propoe-ligacao-entre-arte-e-territorio/>



Imagem 04: Toré Pankararu. Fonte: <https://www.petrolandianoticias.com.br/2016/07/resgate-da-historiados-indios.html>



Imagem

05:

Toré

Pankarau.

Fonte:

http://www.imagensdobrasil.art.br/produtos/1206/6/2/Etnia_Pankararu#.XV5L7SNKjDc